

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Demonstrações Financeiras
Intermediárias em 31 de março de 2012

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Demonstrações Financeiras Intermediárias

em 31 de março de 2012 e 2011

Conteúdo

Relatório de revisão das demonstrações financeiras intermediárias	3 - 4
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	9 - 31



Relatório sobre a revisão de informações intermediárias

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS
Florianópolis - SC

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS (“Companhia”), em 31 de março de 2012, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Exceto quanto ao mencionado no parágrafo “Base para conclusão com ressalva”, conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

As práticas contábeis adotadas no Brasil requerem que os ativos intangíveis provenientes de direito oriundo de contratos de concessão sejam amortizados pelo menor entre: (i) o prazo da vida útil estimada dos ativos subjacentes ao direito de concessão ou (ii) o prazo remanescente do contrato de concessão. Até 31 de março de 2012 a Companhia não havia efetuado análise da vida útil estimada do ativo intangível da concessão. Conseqüentemente, não foi possível determinar os efeitos, se existirem, em relação às despesas de amortização e à amortização acumulada do período findo naquela data.



Conclusão com ressalva sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelo assunto descrito no parágrafo “Base para conclusão com ressalva”, não temos conhecimento de nenhum outro fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de informações contábeis intermediárias.

Outros assuntos

A KPMG Auditores Associados (incorporada em 2 de dezembro de 2011 pela KPMG Auditores Independentes) revisou as demonstrações financeiras intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2011, tendo emitido relatório datado em 13 de maio de 2011, que continha ressalva quanto a recuperabilidade do ICMS a recuperar sobre aquisições do ativo intangível. As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados, tendo emitido relatório datado de 10 de março de 2012, contendo ressalva semelhante a descrita no parágrafo “base para conclusão com ressalva”.

Florianópolis, 21 de junho de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Balanços patrimoniais

em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011

(Em Reais)

Ativo	Nota	31/03/2012	31/12/2011	Passivo	Nota	31/03/2012	31/12/2011
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	47.007.169	59.208.510	Fornecedores	10	93.860.883	93.255.635
Contas a receber de clientes	5	34.899.441	31.483.207	Financiamentos	11	4.528.999	4.528.999
Estoques		987.299	1.013.549	Obrigações sociais e trabalhistas		4.855.556	4.455.327
Tributos a recuperar	6	1.907.428	1.088.308	Obrigações tributárias	12	2.227.942	2.102.352
Outras contas a receber		738.489	639.653	Imposto de renda e contribuição social		3.891.986	10.959.058
Despesas antecipadas		197.999	268.437	Participação nos lucros		2.517.544	2.327.684
Total do ativo circulante		<u>85.737.825</u>	<u>93.701.664</u>	Dividendos propostos a pagar		10.445.509	10.445.509
Não circulante				Cauções em garantia	14	302.868	305.784
Tributos diferidos	7	2.555.363	2.725.677	Provisão para processos judiciais	13	<u>1.339.704</u>	<u>2.029.093</u>
Adiantamento a fornecedores	8	23.560.707	19.631.603	Total do passivo circulante		<u>123.970.991</u>	<u>130.409.441</u>
Depósitos judiciais		1.816.984	1.141.358	Não circulante			
Investimentos		2.400	2.400	Financiamentos	11	3.019.332	4.151.582
Intangíveis	9	<u>197.577.419</u>	<u>194.350.695</u>	Cauções em garantia	14	<u>845.758</u>	<u>839.807</u>
Total do ativo não circulante		<u>225.512.873</u>	<u>217.851.733</u>	Total do passivo não circulante		<u>3.865.090</u>	<u>4.991.389</u>
				Patrimônio líquido			
				Capital social	15	121.544.940	121.544.940
				Reservas de lucro		54.607.627	54.607.627
				Lucros Acumulados		<u>7.262.050</u>	<u>-</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>183.414.617</u>	<u>176.152.567</u>
Total do ativo		<u>311.250.698</u>	<u>311.553.397</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>311.250.698</u>	<u>311.553.397</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Demonstração de resultados

Trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em Reais)

	Nota	31/03/2012	31/03/2011
Receita líquida - Venda de gás	16	125.498.786	116.065.992
Receita de construção - CPC 17	16	<u>8.972.822</u>	<u>7.534.815</u>
		134.471.608	123.600.807
Custo dos produtos vendidos		(108.947.966)	(84.216.758)
Custo de construção - CPC 17	16	<u>(8.972.822)</u>	<u>(7.534.815)</u>
		<u>(117.920.788)</u>	<u>(91.751.573)</u>
Lucro bruto		<u>16.550.820</u>	<u>31.849.234</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas comerciais		(1.533.134)	(1.625.296)
Despesas administrativas		(4.279.096)	(3.680.940)
Outros receitas (despesas) líquidas		<u>102.055</u>	<u>(694.577)</u>
		<u>(5.710.175)</u>	<u>(6.000.813)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>10.840.645</u>	<u>25.848.421</u>
Receitas financeiras		687.915	3.008.102
Despesas financeiras		<u>(204.210)</u>	<u>(462.524)</u>
		<u>483.705</u>	<u>2.545.578</u>
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social		<u>11.324.350</u>	<u>28.393.999</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente		(3.891.986)	(7.098.415)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>(170.314)</u>	<u>(2.557.590)</u>
Lucro líquido do trimestre		<u>7.262.050</u>	<u>18.737.994</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em Reais)

	<u>Reservas de lucro</u>			Lucros Acumulados	Dividendos à disposição da AGO	Total
	Capital Social	Legal	Retenção de lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2011	121.544.940	21.072.044	3	-	58.399.725	201.016.712
Lucro líquido do período 01/01/2011 a 31/03/2011	-	-	-	18.737.994	-	18.737.994
Saldos em 31 de março de 2011	<u>121.544.940</u>	<u>21.072.044</u>	<u>3</u>	<u>18.737.994</u>	<u>58.399.725</u>	<u>219.754.706</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2012	121.544.940	23.271.098	31.336.529	-	-	176.152.567
Lucro líquido do período 01/01/2012 a 31/03/2012	-	-	-	7.262.050	-	7.262.050
Saldos em 31 de março de 2012	<u>121.544.940</u>	<u>23.271.098</u>	<u>31.336.529</u>	<u>7.262.050</u>	<u>-</u>	<u>183.414.617</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em Reais)

	31/03/2012	31/03/2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do trimestre	<u>7.262.050</u>	<u>18.737.994</u>
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o caixa líquido		
Amortização	6.548.233	6.402.685
Reversão de provisão para contingências passivas	(689.389)	11.607
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	90.987	3.611
Constituição de provisão de fornecedores	50.792	184.231
Constituição de provisão de administradores cedidos	137.597	137.597
Imposto de renda e contribuição social diferidos	170.314	(8.293)
Atualização Ship or Pay e variação cambial transporte	(2.324.198)	-
Baixa bens do intangível	<u>15.345</u>	<u>-</u>
	<u>11.261.731</u>	<u>25.469.432</u>
Redução (aumento) nos ativos e (redução) aumento nos passivos		
Contas a receber de clientes	(3.507.221)	(3.280.893)
Tributos a recuperar	(819.120)	(2.907.921)
Estoques	26.250	45.013
Adiantamento a fornecedores	(1.178.406)	-
Outras contas do ativo	(708.148)	490.675
Fornecedores	375.305	2.411.348
Obrigações tributárias	125.590	(349.832)
Imposto de renda e contribuição social	(7.067.072)	(20.455.051)
Obrigações sociais e trabalhistas	452.492	155.419
Cauções em garantia	<u>3.035</u>	<u>(274.090)</u>
	<u>(12.297.295)</u>	<u>(24.165.332)</u>
Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais	<u>(1.035.564)</u>	<u>1.304.100</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao intangível	<u>(10.033.527)</u>	<u>(8.489.779)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(10.033.527)</u>	<u>(8.489.779)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de financiamentos (principal e juros)	<u>(1.132.250)</u>	<u>(3.876.550)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(1.132.250)</u>	<u>(3.876.550)</u>
Redução do caixa e equivalentes	(12.201.341)	(11.062.229)
Caixa e equivalentes no início do trimestre	<u>59.208.510</u>	<u>112.990.270</u>
Caixa e equivalentes no final do trimestre	<u><u>47.007.169</u></u>	<u><u>101.928.042</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS, sociedade de economia mista criada em 25 de fevereiro de 1994 através da Lei nº 8.999/93, localizada na Rua Antônio Luz, 255, Centro, Florianópolis – SC e possui como objeto a distribuição de gás natural canalizado, com exclusividade, a todo o Estado de Santa Catarina, conforme estabelece a Lei nº 9.493/94, que promulga a concessão deste serviço de acordo com o parágrafo 2º do artigo 25 da Constituição Federal.

O contrato de concessão, não oneroso, para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado de Santa Catarina foi firmado em 28 de março de 1994 com prazo de vigência de 50 (cinquenta) anos, contados a partir dessa data. A Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - AGESC também é responsável por garantir a execução do contrato, regular, controlar e monitorar as operações de distribuição de Gás Natural em Santa Catarina.

Até março de 2012, foram distribuídos pela SCGÁS 161 milhões de metros cúbicos (não auditado) de gás natural. A partir das 9 unidades denominadas “ESTAÇÕES DE RECEBIMENTO-ER”, a Companhia fornece o gás natural as suas 3.110 unidades consumidoras, por meio de 972 Km (não auditado) de rede de distribuição.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A diretoria executiva da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras intermediárias em reunião realizada em 21 de junho de 2012.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico.

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em Reais)

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras Intermediárias de acordo com os CPCs exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Intermediárias estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras intermediárias.

a. Resultado das operações

O resultado é apurado pelo regime de competência, sendo observado o princípio da realização da receita e de confrontação das despesas.

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em Reais)

i. Venda de gás

A receita de venda de gás é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de venda de gás é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fruirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

ii. Receitas e custos de construção

A orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão - determina que as empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes, por isso é obrigatória registro das receitas e custos de construção.

A SCGÁS não tem a construção de gasodutos como atividade fim nem auferir receitas com essa operação. Para viabilizar a distribuição de gás natural, a Companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem o menor custo para a realização das obras. Desse modo, a construção da Rede de Distribuição de Gás Natural - RDGN, para a SCGÁS, se apresenta integralmente como um custo de alocação de ativos para o cumprimento do contrato de concessão.

Assim, em virtude do descrito acima, a Companhia registrou receita de construção, tendo como contrapartida custos de construção no mesmo valor.

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em Reais)

b. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, clientes e outros créditos.

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em Reais)

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado. A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. A Administração tem por prática provisionar os títulos vencidos por período superior a 90 (noventa) dias.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos da dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

iii. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em Reais)

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

c. Intangível

i. Contrato de Concessão

A Companhia possui com o Estado de Santa Catarina um contrato de concessão pública de serviço de distribuição de gás canalizado, no qual o Poder Concedente controla quais serviços devem ser prestados, a que preço, bem como detém o direito a infraestrutura construída pela concessionária ao final da concessão. Por meio desse contrato a concessionária tem o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, durante a vigência do mesmo.

A Companhia reconhece como ativo intangível os valores despendidos para formação dos ativos reversíveis (infraestrutura), passíveis de recuperação via tarifa, em até 10 anos, conforme estipulado no contrato.

Na análise da vida útil estimada de seus ativos intangíveis a Companhia interpretou e considerou, em atendimento as premissas do cálculo tarifário, os seguintes critérios: (i) a base de recuperação dos investimentos na infraestrutura e (ii) manutenção do equilíbrio entre receita e custos da atividade, definindo a amortização pelo prazo de 10 anos, pois representa o consumo do seu benefício econômico e conseqüentemente a vida útil estimada de seu ativo intangível, gerados na formação dos bens reversíveis.

Portanto, 10 anos é o prazo padrão de consumo do benefício econômico gerado pelos ativos intangíveis, e conseqüentemente, da sua vida útil estimada. Neste sentido a Administração considera que a sua interpretação atende às práticas contábeis adotadas no Brasil, além de retratar com transparência a aderência das mesmas ao negócio da Companhia.

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em Reais)

d. Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias auferidas e a provisão para perdas.

e. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.000/ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferido e a contribuição social corrente e diferida. O tributo corrente e o diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O tributo diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em Reais)

f. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

g. Variação cambial transporte

A variação cambial do transporte de gás do exercício atual é reconhecida no resultado de acordo com a variação cambial do dólar, conforme contrato firmado entre as companhias de gás e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.

h. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo do estoque inclui os gastos incorridos na aquisição de estoques, custo de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições.

i. Redução ao valor recuperável (impairment)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em Reais)

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em Reais)

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/12	31/12/11
Caixa	5.773	6.108
Bancos conta movimento	34.687.282	30.015.127
Aplicações Financeiras	7.605.016	24.121.292
Numerários em Transito	4.709.098	5.065.983
	<u>47.007.169</u>	<u>59.208.510</u>

O saldo dos bancos conta movimento têm por objetivo o pagamento das faturas de gás natural com vencimento em meses subseqüentes.

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em Reais)

Aplicações financeiras

Instituição	Tipo de aplicação	31/03/12	31/12/11
Banco do Brasil	100% CDB	-	7.177.485
Caixa Econômica Federal	100% a 105% CDB Flex	<u>7.605.016</u>	<u>16.943.807</u>
		<u>7.605.016</u>	<u>24.121.292</u>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

5 Contas a receber de clientes

	31/03/12	31/12/11
Contas a receber BR Distribuidora	1.895.523	1.933.253
Distribuição de gás canalizado	33.981.516	30.436.565
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(977.598)</u>	<u>(886.611)</u>
	<u>34.899.441</u>	<u>31.483.207</u>

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado adequado para recuperação de créditos considerados duvidosos.

A seguir apresentam-se as contas a receber em 31 de março de 2012, segregado pela faixa de idade dos saldos:

	A vencer	< 90 dias	> 90 dias < 180 dias	> 180 dias < 360 dias	> 360 dias	Total
Cientes	<u>34.690.751</u>	<u>208.690</u>	<u>101.150</u>	<u>142.152</u>	<u>734.296</u>	<u>35.877.039</u>
	<u>34.690.751</u>	<u>208.690</u>	<u>101.150</u>	<u>142.152</u>	<u>734.296</u>	<u>35.877.039</u>

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em Reais)

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Montante
Saldo em 1º de janeiro de 2012	886.611
Provisão constituída no período	<u>90.987</u>
Saldo em 31 de março de 2012	<u><u>977.598</u></u>

6 Tributos a recuperar

	31/03/12	31/12/11
CSLL antecipado	1.164.002	1.088.308
IRPJ antecipado	444.839	-
IRRF sobre aplicações financeiras	<u>298.587</u>	<u>-</u>
	<u><u>1.907.428</u></u>	<u><u>1.088.308</u></u>

7 Tributos diferidos

	31/03/12	31/12/11
Diferenças Temporárias		
Provisão para contingências passivas	455.499	689.891
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	322.383	301.448
Aluguel da faixa de domínio	988.704	921.874
Ajustes decorrentes da Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09	<u>788.777</u>	<u>812.464</u>
	<u><u>2.555.363</u></u>	<u><u>2.725.677</u></u>

O diferimento das faixas de domínios são decorrentes da apropriação dos valores a pagar a Auto Pista Litoral Sul, que não estão sendo quitados junto a mesma. O não pagamento está sendo discutido na esfera administrativa, em virtude da Auto Pista Litoral Sul impor valores considerados pela Companhia como exorbitantes. Por se tratar de serviço público e essencial, o gás tem sido transportado por meio dos gasodutos localizados nas faixas de domínio de propriedade daquela empresa.

Os valores de IRPJ e CSLL diferidos a recuperar no montante de R\$ 788.777 em 31 de março de 2012 (R\$ 812.464 em 31 de dezembro de 2011) são decorrentes das mudanças previstas na Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, sendo que a sua completa recuperabilidade irá ocorrer até o ano de 2018.

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em Reais)

8 Adiantamento a fornecedores

O montante de R\$ 23.560.707 (R\$ 19.631.603 em 31 de dezembro de 2011) refere-se a diferença entre os volumes de gás adquiridos e efetivamente distribuídos conforme Aditivo Contratual de 02 de fevereiro de 2007, firmado com a fornecedora de gás natural - Petrobras.

De acordo com o referido contrato a Companhia possui obrigação mínima de transporte diário de 1.900.000m³. A medição de tal utilização se dá anualmente, sendo que o aditivo supramencionado convencionou o exercício como tendo início no dia 1º de abril e término em 31 de março.

Assim, quando apurado diferença positiva entre a garantia diária e a quantidade de gás efetivamente transportado durante o exercício a Companhia passa a ter a obrigatoriedade de pagar à Petrobras, o valor correspondente a esta diferença.

A quantidade quitada e não consumida poderá ser recuperada nos anos remanescentes do contrato, desde que não ultrapasse o prazo máximo de 10 (dez) anos.

A previsão para início da compensação, segundo estudos efetuados pela Companhia, se dará a partir de 2012, conforme apresentado no quadro abaixo.

Recuperação SOP SOP ac. - m³	m³ Volume	Data Ano - Período	Período de recuperação Período
Recuperação dos valores de 2007	77.927.005	Ano 8 - Abr07/Mar08	Abril/12 a Mar/13
Recuperação dos valores de 2008	27.196.549	Ano 9 - Abr08/Mar09	Abril/13 a Ago/13
Recuperação dos valores de 2009	43.299.567	Ano 10 - Abr09/Mar/10	Set/13 a Mar/14
Recuperação dos valores de 2010	<u>36.187.455</u>	Ano 11 - Abr 10/Mar11	
Total a recuperar	<u>184.610.576</u>		

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em Reais)

9 Intangíveis

	Taxa anual de amortização	31/03/12	31/12/11
Terrenos	-	387.990	363.990
Tubulações	10%	275.983.610	273.210.649
Aparelhos, máquinas e equipamentos	10%	66.004.004	65.514.598
Sistemas e equipamentos de informática	10%	3.178.085	3.139.531
Equipamentos e móveis administrativos	10%	1.341.773	1.315.736
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	416.772	415.583
Sistema de gestão	10%	1.159.551	1.159.551
Software	10%	1.545.320	1.432.662
Obras em andamento		55.654.103	49.100.726
		<u>405.671.208</u>	<u>395.653.026</u>
(-) Amortização acumulada		<u>(208.093.789)</u>	<u>(201.302.331)</u>
		<u>197.577.419</u>	<u>194.350.695</u>

A movimentação ocorrida no período de três meses findo em 31 de março de 2012 se deu como segue:

	Saldo em 31/12/2011	Adições	Baixas	Transferências	Amortização	Saldo em 31/03/2012
Terrenos	363.990	24.000	-	-	-	387.990
Tubulações	119.159.801	-	(15.824)	2.788.784	(5.481.842)	116.450.919
Aparelhos, máquinas e equipamentos	23.121.578	192.151	(3.777)	301.031	(1.345.135)	22.265.848
Sistemas e equipamentos de informática	1.141.528	165.059	(126.505)	-	82.237	1.262.319
Equipamentos e móveis administrativos	539.446	26.082	(45)	-	(24.377)	541.106
Benfeitorias em imóveis de terceiros	261.046	1.529	(340)	-	(7.150)	255.085
Sistema de gestão	152.015	-	-	-	-	152.015
Software	510.565	112.659	-	-	(15.191)	608.033
Obras em andamento	49.100.726	9.547.780	-	(2.994.402)	-	55.654.104
	<u>194.350.695</u>	<u>10.069.260</u>	<u>(146.491)</u>	<u>95.413</u>	<u>(6.791.458)</u>	<u>197.577.419</u>

A Companhia reconhece como intangível o direito de cobrar dos usuários uma tarifa de distribuição em função da infraestrutura para fornecimento de gás, vinculados à prestação do serviço especificado no contrato de concessão de serviços.

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em Reais)

A remuneração pela prestação de serviços (tarifa) consiste na combinação de dois componentes: (i) custos e despesas operacionais; e (ii) remuneração do capital investido composto do custo da construção da infraestrutura, cujos reajustes são praticados de modo a refletir as mudanças na estrutura de custo da operação, do impacto dos investimentos em construção e/ou de indicadores de preços ao consumidor, respeitada a fórmula econômica paramétrica definida nos respectivos Contratos de Concessão.

A amortização do direito de prestar o serviço de distribuição, segundo o entendimento da administração, está intrinsecamente relacionada ao benefício econômico por ele gerado, relacionado ao cumprimento do contrato de concessão. Em virtude disto e do determinado no Contrato de Concessão para o cálculo da tarifa para distribuição do gás canalizado, a Companhia amortiza os bens da concessão com a taxa de 10% ao ano. Cumpre destacar que o prazo de concessão é de 50 (cinquenta) anos, contados a partir de 28 de março de 1994.

Todos os bens da Companhia, de acordo com o contrato de concessão, serão reversíveis ao poder concedente no término do mesmo, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários à determinação dos montantes do prévio pagamento de indenização devido a Companhia. Em virtude das taxas de amortização utilizadas, no término da concessão os ativos já estarão totalmente amortizados. Desta forma, em 31 de março de 2012 a Companhia não possui valores a receber do poder concedente.

10 Fornecedores

	31/03/12	31/12/11
Fornecedor de Gás – Petrobras	83.623.103	83.495.058
Fornecedores de materiais e serviços	<u>10.237.780</u>	<u>9.760.577</u>
	<u>93.860.883</u>	<u>93.255.635</u>

11 Financiamentos

Tipo	Encargos financeiros	Vencimento		31/03/12	31/12/11
BNDDES 2	4% ao ano mais TJLP	15/11/2013	Circulante	4.528.999	4.528.999
			Não circulante	<u>3.019.332</u>	<u>4.151.582</u>
				<u>7.548.331</u>	<u>8.680.581</u>

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em Reais)

A garantia do financiamento BNDES é a manutenção dos títulos em cobrança de alguns clientes especificados em contrato. Tal empréstimo possui vencimento final para 15 de novembro de 2013.

12 Obrigações tributárias

	31/03/12	31/12/11
COFINS a recolher	513.391	448.341
PIS a recolher	111.460	97.337
ICMS a recolher	1.346.868	1.200.830
Outros	256.223	355.844
	<u>2.227.942</u>	<u>2.102.352</u>

13 Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte em processos trabalhistas, tributários e outros assuntos que estão sendo discutidos judicialmente. Com base no CPC 25 e na opinião de seus assessores jurídicos, foi constituída provisão para essas contingências no montante de R\$ 1.339.704 (R\$2.029.093 em 31 de dezembro de 2011) que possuem risco de perda classificado como provável.

Parte desses processos, no montante aproximado de R\$ 37 milhões, foi avaliada pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, não provisionado tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

14 Cauções em garantia

A SCGÁS por ser Companhia de economia mista tem por obrigação legal, Lei 8.666/96, reter valores relativos a garantias de propostas comerciais e garantias contratuais, 1% e 5%, respectivamente, do valor do contrato. Tais valores são depositados pelos fornecedores que participam e vencem os processos licitatórios, sendo tais valores devolvidos ao término do contrato corrigido monetariamente pelo INPC. Em 31 de março de 2012, o montante de R\$ 302.868 e R\$ 845.758 (R\$ 305.784 e R\$ 839.807 em 31 de dezembro de 2011) estão apresentados no passivo circulante e no passivo não circulante, respectivamente.

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em Reais)

15 Patrimônio líquido

Em 31 de março de 2012, o capital social no valor de R\$121.544.940, totalmente subscrito e integralizado, é composto de 10.749.497 ações, sendo 3.583.167 ações ordinárias e 7.166.330 ações preferenciais (idem em 31 de dezembro de 2012), assim distribuídas:

	Quantidade de ações			% de participação
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc	1.827.415	-	1.827.415	17%
Petrobrás Gás S.A. – Gaspetro	824.128	3.583.165	4.407.293	41%
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	824.128	3.583.165	4.407.293	41%
Infraestrutura de Gás para a Região Sul – Infragás	107.496	-	107.496	1%
	<u>3.583.167</u>	<u>7.166.330</u>	<u>10.749.497</u>	<u>100%</u>

a. Reserva legal

Constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício, limitado a 20% do capital social, em conformidade com o Artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

b. Reserva de retenção de lucros

A constituição de reserva de retenção de lucros destina-se à aplicação em investimentos relacionados com a distribuição de gás natural, previstos em orçamento de capital anual, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo artigo 196 da Lei nº 6.404/76 (alterado pela Lei nº 10.303/2001).

c. Dividendos

Aos acionistas são garantidos estatutariamente dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária e Estatuto Social da SCGÁS.

Em 31 de março de 2012 a Companhia possui provisionado o montante de R\$10.445.509, referente aos dividendos mínimos obrigatórios, de acordo com o seu estatuto social e Lei 6.404.

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em Reais)

16 Receita líquida

a. Receita líquida de vendas

	31/03/12	31/03/11
Receita bruta de distribuição de gás	160.214.047	147.996.611
Deduções da receita bruta		
ICMS sobre vendas	(16.994.441)	(15.776.126)
ICMS - ST	(3.186.469)	(2.704.715)
PIS sobre vendas	(2.592.614)	(2.399.150)
COFINS sobre vendas	(11.941.737)	(11.050.628)
	<u>(34.715.261)</u>	<u>(31.930.619)</u>
Receita líquida	<u>125.498.786</u>	<u>116.065.992</u>

b. Receitas e custos de construção

	31/03/12	31/03/11
Receita de construção	8.972.822	7.534.815
Custos de construção	<u>(8.972.822)</u>	<u>(7.534.815)</u>
Receita operacional líquida de construção	-	-

17 Partes relacionadas

O controle da Companhia é compartilhado entre Celesc Distribuição S.A., Petrobras Gás S.A. - Gaspetro e Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em Reais)

a. Transações com partes relacionadas

As transações entre as partes relacionadas compreendem os saldos a receber e a pagar decorrentes de operações comerciais de compra e venda de gás natural por empresas pertencentes a Petrobrás Brasileiro S.A.

Composição dos saldos	31/03/12	31/12/11
Ativo circulante		
Contas a receber BR Distribuidora S/A	1.895.523	1.933.253
Ativo não circulante		
Adiantamento fornecedor de gás - Petrobrás	23.560.707	19.631.603
Passivo circulante		
Fornecedor de gás - Petrobrás	83.623.103	83.495.058
Receitas com partes relacionadas		
BR Distribuidora S/A	10.799.053	30.283.861
Compra de Gás Natural		
Petróleo Brasileiro S/A	133.144.866	522.604.765

b. Remuneração - Conselho de administração, fiscal e diretores

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores, estão demonstradas a seguir:

	31/03/12	31/03/11
Conselho de Administração	28.028	19.440
Conselho Fiscal	16.817	14.758
Administradores	192.791	112.538
	<u>237.636</u>	<u>146.736</u>

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em Reais)

18 Gerenciamento de risco e instrumentos financeiros

a. Gerenciamento de riscos

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras intermediárias.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento. Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar seu gerenciamento a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando análises periódicas dos saldos em aberto, bem como cobranças nos casos necessários. Cumpre destacar que em se tratando das contas a receber de clientes o risco de crédito é baixo devido à pulverização da carteira.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais.

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em Reais)

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Conforme demonstrado a seguir:

i. Risco de câmbio

A Companhia está sujeita ao risco cambial no contrato de compra de Gás Natural firmado com o fornecedor Petrobras. Em decorrência do comportamento do câmbio até março de 2012 este risco está minimizado, pelo resultado positivo de variação cambial reconhecido no resultado na composição do custo do gás no montante de R\$ 1,7 milhões. A Companhia não se utiliza de contratos de derivativos para fazer frente a este risco, visto que tais valores são repassados ao consumidor quando da revisão tarifária.

ii. Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia. A Companhia não se utiliza de contratos de derivativos para fazer frente a este risco.

iii. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em Reais)

Conforme previsto no contrato de compra e venda de Gás Natural firmado entre Petrobras e a SCGÁS, os reajustes têm previsão de ocorrer a cada trimestre, entretanto, conforme contrato de concessão, o repasse ao consumidor depende de autorização da Agencia Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - AGESC.

b. Classificação dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. Em 31 de março de 2012, a Companhia não possui qualquer contrato que envolvesse operações com derivativos.

	31/03/2012	31/12/2011
Empréstimos e recebíveis – Ativos		
Caixa e Equivalente de Caixa	47.007.169	59.208.510
Contas Receber Clientes	34.899.441	31.483.207
Adiantamento a Fornecedores	23.560.707	19.631.603
Outros passivos financeiros		
Fornecedores	93.860.883	93.255.635
Financimanetos	7.548.331	8.680.581

c. Análise de sensibilidade

A Companhia está exposta a riscos de incorrer em perdas por conta de flutuações em taxas de juros, ou outros indexadores.

Abaixo estão demonstrados os montantes que estão sujeitos a tais riscos:

Descrição	Montantes expostos	Taxa
Aplicações financeiras	7.605.016	CDI - 11,6%
Empréstimos e financiamentos	7.548.331	TJLP - 6%
Adiantamento a fornecedores	23.560.707	Valor do m ³ do GN - 0,100087

A Companhia adota políticas conservadoras de captação e aplicação de recursos financeiros.

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em Reais)

As aplicações financeiras da Companhia são, principalmente, mantidas em operações vinculadas aos juros do CDI, conforme descrito na nota nº 4. As captações são provenientes a operações junto ao BNDES, conforme nota nº 11. As taxas de juros do mercado são monitoradas com o objetivo de assegurar a melhor rentabilidade das aplicações financeiras e para proteger a Companhia contra o risco de volatilidade dessas taxas. Os valores da citada exposição são apresentados a seguir:

Taxa	Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
CDI - 11,6%	882.182	1.102.727	1.323.024
TJLP - 6%	464.890	581.125	703.335
Valor do m ³ do Gás Natural - 0,100087	-	2.456.085	2.947.302

19 Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros, considerando a natureza da sua atividade e os riscos envolvidos nas suas operações.

As premissas de risco adotadas, em razão de sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das Demonstrações Financeiras Intermediárias, conseqüentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.